

Crónicas da peste

Segundo as épocas e as latitudes, a peste pode ser negra, castanha, branca, cinzenta, vermelha ou amarela. Mas antes de examinarmos este maléfico camaleão comecemos pelos anos de despreocupação antes que eles se dissipem na dor e no choro. Tomemos um exemplo que não diz respeito, pelo menos aparentemente, aos lusófonos, mas que, na verdade, constitui um modelo que gostaríamos de ver seguir, de forma sistemática, em todos os países que viveram uma experiência colonial. Trata-se da reprodução fac-similada de numerosos livros e periódicos que marcaram a «descoberta» do efêmero império colonial alemão. Sabendo que, apenas para a África, os germanófonos (suíços e austro-húngaros incluídos) publicaram cerca de 2000 livros, entre originais e traduções, do início da imprensa a 1914, é inevitável que várias dezenas deles se tenham referido aos futuros PALOPs ou à Guiné Equatorial. Ora, não ocultemos a realidade por trás de desculpas miseráveis, estes livros «lusógrafos» ou «hispanógrafos» alemães são, praticamente, desconhecidos das bibliotecas públicas portuguesas ou das suas antigas colónias e, ainda mais, das espanholas.

Por isso, é obrigatório dar a conhecer esta iniciativa, muito inteligente, da Fines Mundi, de Sarrebruck, um encadernador que, aproveitando os pedidos dos seus clientes bibliófilos — o mercado alemão de livros «coloniais» está em plena expansão —, decidiu disponibilizar, a um preço acessível, *reimpressões* de textos que, na sua edição original, se encontram praticamente esgotados ou são vendidos ao preço dos incunábulo.

Neste momento vamos limitar-nos a seis volumes relativos aos séculos XIX e XX. O primeiro¹ quase não tem pretensões colonialistas, pois trata-se de uma biografia e de uma edição crítica dos textos do «descobridor» das ruínas do Zimbábwe, Karl Mauch, que, na sua viagem de 1872, atravessou o Barué moçambicano e desceu o Zambeze desde o Norte de Sena até ao mar. Em compensação, na década seguinte (1884), o jornalista Hugo Zöllner é testemunha e actor da tomada de posse por Nachtigal das regiões costeiras

do Togo e dos Camarões. As coisas aceleram rapidamente e todos exigem a sua parte do bolo africano. Autor prolixo, dois dos seus volumes² são relevantes para conhecer a história de Fernando Pó, Rio Muni, Cabinda e — secundariamente — das feitorias até Moçâmedes. Com um espírito enciclopédico e sistemático ele vai apoiar-se nas casas de comércio alemãs, que visita localmente, para nos dar uma visão das populações e das trocas comerciais (gravuras feitas a partir de fotografias do autor) no próprio ano do arranque do Scramble sobre a costa e o baixo Congo. Trata-se de uma fonte importante e inesperada sobre Rio Muni, onde praticamente todo o comércio era alemão e, secundariamente, britânico. Embora a sua descrição do comércio português no Norte de Angola seja mais rápida e francamente sombria, não parece existir publicada qualquer outra listagem tão pormenorizada das empresas europeias e americanas instaladas na costa (embora esqueça a Guiné portuguesa) e o seu mapa da costa de Rio Muni é único para a época. Os dois volumes são dedicados a Bismarck.

Já perdemos a inocência e também não é com o governador von Götzen e o Dr. Fülleborn que a vamos reencontrar, pois, com eles, estamos em pleno domínio da conquista e da antropologia coloniais aplicadas à Ostafrika, isto é, ao vizinho setentrional e mais ambicioso de Moçambique.

O relatório do governador³ sobre as operações militares contra as revoltas de 1905-1906 (Maji-Maji) não dedica mais de uma página (p. 161) aos yao de Moçambique. O «sultão» dos ngoni, sublevados contra os alemães, envia uma carta ao «sultão» dos yao pedindo-lhe 100 homens armados com espingardas para atacar o posto alemão de Songea. O «moçambicano» recusa, e foi o melhor que ele fez, pois o «rebelde» é enforcado.

Quanto ao médico militar Fülleborn e à sua volumosa obra⁴, apreciada pelo saudoso Jorge Dias, ele estuda as populações fronteiriças situadas, entre 1897 e 1900, a norte do Rovuma, sem, porém, o ultrapassar, e é, sem dúvida, uma fonte etnográfica importante, pois o seu autor tinha o dom da observação e apresenta um aparelho crítico impressionante. No entanto, as suas páginas sobre a descida do Chire e do Zambeze não podem reivindicar qualquer originalidade. Já quanto ao que faziam os portugueses a sul do Rovuma o autor revela-se bastante bem informado.

Baralhando a cronologia e as longitudes, terminaremos com outro texto alemão, finalmente acessível aos angolanistas curiosos sobre como era o Sudeste angolano mais extremo em Setembro de 1909, isto é, pouco antes da ocupação do baixo Cubango por João de Almeida. Redigido pelo primeiro administrador do Caprivi, este estranho tentáculo alemão apontado na direcção do Zambeze, a narrativa dá-nos conta de uma espécie de viagem de exploração que consistiu na tentativa de estabelecer uma ligação este/oeste da sua residência em Schuckmannsburg (junto ao Zambeze) a Andara (junto do Cubango). Mas, como a expedição do capitão Streitwolf (auxiliado por um

sargento, catorze polícias africanos e uma carroça) não conseguiu atravessar a floresta no centro do Caprivi, ele teve de subir até ao norte da fronteira, puramente artificial, e entrar, clandestinamente, em Angola de 1 a 22 de Setembro de 1909, guiado por bushmen (pp. 172-189). Sobre estas terras do «fim do mundo», o autor fornece alguns dados sobre a história dos mambukuschu e de Luiana (antecâmara da pré-história para várias centenas de militares portugueses nas décadas de 1960 e 1970). Ele regressará pelo mesmo caminho sem ter afrontado João de Almeida e os seus soldados esgotados. Este livro⁵ oferece-nos uma apostila sobre o absurdo de certas fronteiras africanas e deverá criar água na boca aos historiadores capazes de explorar as fontes alemãs sobre este Fines Mundi, outrora mais conhecido pelos seus elefantes do que por ser o zoo humano onde viviam os defensores da capital de Savimbi durante a guerra civil.

Mas deixemos o nosso encadernador-editor, que ressuscita e rejuvenesce os velhos autores coloniais, e debruçemo-nos sobre uma verdadeira crónica da peste que surpreenderá mais do que um leitor, pois não é comum associar os pacíficos (?) dinamarqueses do século XX a um dos piores sistemas escravagistas conhecidos na América. Hoje em dia qualquer afro-americano médio sabe que os únicos negreiros foram os portugueses, os brasileiros, os espanhóis, os franceses e alguns ingleses perversos. Mas os escandinavos, os árabes, os holandeses, os turcos, os indianos, etc., estão, evidentemente, acima de qualquer intenção maligna. Quanto aos próprios traficantes africanos, passados ou presentes, eles são, naturalmente, «brancos como a neve»/imaculados.

Ora do Gana chegou-nos — com dificuldade — um livro «agressivo», tardia mas excelentemente traduzido do dinamarquês por Kari Dako, uma norueguesa que aderiu a uma obra monumental⁶ que, logo que apareceu em 1967 em Copenhaga, atingiu com um golpe severo a boa consciência escandinava, sempre pronta — pelo menos na Suécia — a sair em socorro dos oprimidos de cor e a cuspir sobre os colonialistas impenitentes e latinos. Não será de mais recomendar a um público totalmente ignorante da história colonial dinamarquesa, como é a grande maioria dos meus leitores, a necessidade de conhecer Hansen, um jornalista que de uma sombria tragédia com mais de dois séculos soube fazer uma arma de arremesso contra a historiografia oficial e o sentimentalismo nostálgico e pós-colonial. O autor organizou o seu livro como um enorme artigo cujos momentos-chave são: (i) o mandato do primeiro governador (1672-1680), um protestante místico e alcoólico que tratava tão mal os seus escravos que eles tentavam escapar para os católicos de Porto Rico; (ii) a grande revolta de 1733 na ilha de Saint-Jean, que, literalmente, parece uma prefiguração da revolta da UPA em 1961 no Nordeste angolano (com o massacre de plantadores, traições dos dois lados e repressão atroz, incluindo o suplício da roda, fogueiras, tortura

gradual até à morte, enforcamentos, etc.); (iii) a abolição forçada da escravatura em 1848 pelo governador negrófilo Peter von Scholten na sublevada ilha de Sainte-Croix. Nenhum plantador foi molestado, mas os dinamarqueses recorreram a 580 soldados espanhóis de Porto Rico. Quarenta escravos foram mortos, dos quais 17 condenados e executados por um oficial de marinha dinamarquês; (iv) as intermináveis negociações para a venda das Antilhas dinamarquesas entre 1864 e 1917. Curiosamente, receava-se a instalação da Áustria (!) nas Antilhas e, depois, mais seriamente, da Alemanha em 1916 (cf. o canal do Panamá). Finalmente, as autoridades de Copenhaga, que estavam prontas a vendê-las por 5 milhões de dólares em 1902, conseguem obter 25 milhões em 1916; (v) a resistência impotente dos antigos escravos, tornados cidadãos dinamarqueses e que desejavam continuar a sê-lo, pois recebavam o racismo americano.

O balanço é, por isso, completamente negativo e lamentável: três ilhas, que custaram caro ao contribuinte dinamarquês, desinteressando-se de um arquipélago arruinado, onde nem sequer foi implantada a própria língua, suplantada por um crioulo holandês e inglês. Após um referendo na metrópole, desapareceu, durante a Grande Guerra, a última colónia tropical dinamarquesa, pondo-se assim um ponto final numa história pesada e sangrenta. Não sabemos por que é que o autor não estudou a última revolta «servil» de 1878, durante a qual os libertos de 1848 incendiaram a cidade de Frederiksted e foram mortos 60 negros, dos quais 12 condenados e fuzilados. E onde estão os lusófonos neste arquipélago trágico? Ausentes deste território, as comparações com o Brasil e São Tomé são, no entanto, evidentes: as fazendas geram, inicialmente, a riqueza dos proprietários (neste caso, no século XVIII, graças ao cultivo da cana-de-açúcar, anterior à beterraba) e, correlativamente, a infelicidade dos seus trabalhadores, involuntários ou libertos. Refiramos, acessoriamente, pois o autor já morreu e, portanto, não poderá modificar o seu texto (p. 74), que a palavra *bussal*, empregue em dinamarquês local, não vem do grego nem do inglês, como ele julgava, mas do bom português *boçal*. Uma pequena pustula nas relações luso-dinamarquesas!

Livro curioso, estilisticamente cativante e talvez demasiado emocional para um historiador estrangeiro, mas do qual emana um estranho e necessário questionamento de uma exploração sem vergonha. Nem retornados, nem guerra colonial, nem «tropicalismo»: uma simples questão de engenhos de açúcar abandonados. Sublinhe-se, mais próximo das nossas preocupações, que a tradutora, professora de literatura inglesa na Universidade do Gana, é também autora de uma recolha⁷ de pequenas novelas (*short stories*), entre as quais uma que diz respeito a Angola (pp. 79-86) e às difíceis negociações entre a representante (ela?) de uma ONG e um funcionário superior do Ministério do Desenvolvimento, o perfeito herdeiro luso-apparatchick do MPLA, a propósito do Uíge. Outra destas novelas fala de

Tete (Moçambique), onde os membros de uma ONG, estabelecidos num hotel, observam as acções da RENAMO, do outro lado do Zambeze.

Já que regressámos a Moçambique, voltemos ao tema da escravatura com uma importante e rica obra⁸ colectiva de historiadores do tráfico negreiro no Sudeste africano e do que ainda resta dele nas tradições locais. Entre os onze contributos encontramos sete que dizem respeito directamente a Moçambique, nomeadamente os que estudam a parte setentrional da Zambézia e, secundariamente as expedições no oceano Índico. Muitos dados estatísticos e certos desenvolvimentos novos sobre Angoche, os yao e uma pesquisa sobre o que persiste (na memória das populações) dos grandes potentados negreiros de há três ou quatro gerações. Os suaílis e os muçulmanos, em geral, começam agora a suportar uma parte das responsabilidades imputadas até agora exclusivamente aos europeus, brasileiros e norte-americanos. Mas o que mais me agrada nesta obra é o facto de ser uma moçambicana, Benigna Zimba, quem enfrentou o touro pelos cornos e foi ao terreno descobrir o que até agora estava ausente da literatura do extremo Norte: o papel das mulheres na chefatura yao e, conseqüentemente, no tráfico negreiro intrínseco a esta etnia. Nada de lágrimas de crocodilo ou de comentários acusatórios ou contritos: apenas os puros factos, nem sempre agradáveis de recordar.

Como acabámos de atravessar um território onde a peste reinou durante demasiado tempo, aliviemos um pouco a tensão desaguando num local onde dois portugueses enterraram a sua juventude entre um pouco de sangue e hectolitros de cerveja, mas sem deixarmos o extremo Norte de Moçambique. Um⁹ escolheu a ficção e encena uma história vagamente luso-tropicalista: o amor entre um *alferes miliciano* e uma bela africana de uma aldeia de Cabo Delgado. Esta vive dividida entre a sua inclinação pelo oficial branco e as suas convicções políticas. Ao passar por uma base da FRELIMO será alvo da cobiça de um chefe guerrilheiro. Este será morto pelos soldados e transformar-se-á então num leão que, por sua vez, mata um malvado comissário político libidinoso. Por fim, os dois amantes casam-se e a africana é bem recebida no seio da família de ricos empresários brancos. Em Lourenço Marques e em plena guerra colonial! O outro¹⁰ dá-nos, numa primeira parte, a narrativa clássica de dois anos (1971-1973) de guerra, inicialmente, no centro do perigo, Mueda e Nangololo, depois, na zona de Tete e, finalmente, na Gorongosa, onde a FRELIMO já tinha chegado. Como se trata de um sargento pára-quedista, não faltam operações, mas o autor não insiste muito na tônica da bravura e do brio. Do que ele não gosta mesmo nada é da falta de preparação dos soldados ordinários que chegavam a este inferno, da mediocridade de certos oficiais e da falta de consideração da máquina militar relativamente aos camaradas mortos (oito, numa companhia de 166 homens). Este livro misto, com dois títulos diferentes, contém, na segunda

parte, a descrição de uma peregrinação de antigos pára-quadristas (acompanhados pelas esposas), mais de trinta anos depois, ao palco das suas operações. Para além dos habituais clichés sobre a amizade entre os povos e a ajuda às populações locais, o texto sublinha o estado de abandono em que se encontra o cemitério militar de Mueda, onde a peste continua a maltratar aqueles que lá estão enterrados. Em que é que pensam as amnésicas autoridades portuguesas? Este livro, sem pretensões analíticas, vale sobretudo pela riqueza iconográfica (o autor é um dos directores de uma tipografia moderna) relativa à guerra colonial e à época actual (incluindo Tete e Cabora Bassa).

Mais periféricos, dois romances convidam a fazer comparações. *Operation Hurricane*¹¹ é um texto de um britânico emigrado na Rodésia e que não esqueceu nada da sua própria guerra, pois descreve, durante algumas páginas, as operações conduzidas contra as bases da ZANU no distrito de Tete. Bastante mais ambicioso e complicado, *Chimpembere*¹² é uma aventura estranha onde as épocas e os protagonistas parecem ter sido baralhados. O interesse deste livro, que se desenrola, em parte, nos anos 50, resulta do facto de ter como cenário o curso do rio Save desde a fronteira até ao mar. A toponímia foi respeitada, mas a situação política é excessivamente dramatizada e, se o autor defende bem os africanos, demonstra não ter grande afeição pela polícia e pela administração coloniais portuguesas. Talvez tenha conhecido experiências mal sucedidas, mas é, no fim de contas, um dos muito raros autores que falam da «navegação» (!) neste rio do Sul de Moçambique. Um avião canadiano leva-nos alegremente de volta à costa norte, pois, ao descer o Kilimandjaro, Scott Griffin¹³ aterra com o seu *Cessna*, em 1998, em Pemba, Moçambique, Quelimane (uma cidade, segundo ele, deprimente e que ainda não tinha ultrapassado o cataclismo da economia socialista), numa das ilhas do arquipélago de Bazaruto e, semanas mais tarde, em Malabo, onde o «aeroporto» está nas mãos não de pestilentas mas de insaciáveis sanguessugas negras que tentam sangrar ao máximo o infeliz avião em busca de um pouco de querosene, num país que começava a ser um notável produtor de petróleo. Não ficamos com uma impressão muito optimista desta antiga estação antiesclavagista da Royal Navy. Era preferível, também para ele, Moçambique. O que é duro de admitir para um filantropo e homem de negócios, decidido a ajudar os doentes africanos, que se ofereceu voluntariamente como piloto da organização caritativa Flying Doctors Service. Também há cemitérios para as ilusões!

Na ilha de Fernando Pó, actual Bioko, entrou, indirectamente, o filho multimilionário da Sr.^a Thatcher, que, após se ter domiciliado na África do Sul, participou em 2003-2004 numa conspiração de homens de negócios e de mercenários para derrubar o sobrinho e sucessor do Drácula local (Papa Macías), de ilustre memória. Não encontraremos em *Thatcher's Fortunes*¹⁴

elementos concretos sobre este encantador país, mas é sempre útil saber como a cupidez pode, por vezes, viver em concubinação com a peste e sobreviver.

Mas voltemos a Moçambique com um importante estudo de um politólogo americano que examina profundamente a evolução, o recrutamento, a gestão, as razões da violência e a resiliência de três movimentos insurrectos no Peru, no Uganda e em Moçambique. É inegavelmente um trabalho brilhante de um comparativista que faz progredir a nossa compreensão sobre a RENAMO, ainda que ele não goste nada da sua condução das operações. O autor atribui à RENAMO (p. 210) 82% da violência contra a população civil durante a guerra civil nos 1379 incidentes registados de 1976 a 1994, enquanto, na sua opinião, a FRELIMO não foi responsável por mais de 7% dos casos, 4% atribuídos a forças exteriores e 8% a causas indeterminadas, tendo, assim, cinco vezes mais responsabilidades do que a sua homóloga no Uganda (1981-1985) e mais do dobro das dos dois braços do Sendero Luminoso no Peru. Weinstein compara também desfavoravelmente a RENAMO à UNITA, que, tendo fontes de rendimento próprias (madeira, diamantes, marfim, subsídios), dependia menos das pilhagens para sobreviver. Pelo menos durante o período que ele aborda no seu livro.

O que ele sublinha vincadamente é que a RENAMO, ao dispor de um comando altamente centralizado, não era uma nebulosa desorganizada de «bandidos armados», como se disse, mas, pelo contrário, um movimento que aplicava uma política deliberada de violência tanto contra as populações etnicamente favoráveis à sua causa como contra as populações neutras e os bastiões da FRELIMO. Dito de outra maneira, na sua opinião, os massacres eram planificados, e ele cita testemunhos que recolheu nas províncias de Sofala e de Nampula. O autor talvez pudesse ter utilizado as obras dos pastores de extrema-direita e de ex-prisioneiros da RENAMO, e uma bibliografia recapitulativa teria sido certamente bem-vinda, mas nas páginas que lhes dedica não ficamos com a impressão de que a sorte/a morte de vítimas civis fosse um factor preponderante na escolha da estratégia de conquista do poder da RENAMO. Um país que sofreu uma tal epidemia de peste poderá recuperar tão facilmente como alguns querem fazer-nos crer? Seja como for, um livro¹⁵ que nos obriga a reflectir.

Uma bibliografia de 32 páginas (que inclui a enumeração das entrevistas que realizou) para apenas vinte anos de infelicidade (1975-1994) numa pequena parte da província de Nampula consola o crítico de muitas das suas leituras de obras prematuras ou redigidas por autores tão monolíngues que se tornam suspeitos de superficialidade. Podemos dizer o que quisermos de Alice Dinerman¹⁶, mas ela trabalhou para a sua tese (Oxford, 1998) e, se ignora os testemunhos dos missionários e os estudos recentes em português, francês e alemão sobre a RENAMO, não podemos acusá-la de tratar o seu

objecto levianamente. É mesmo um caso de «overkill» e, acrescentaria, «with a vengeance». O livro é demasiado complexo para ser resumido aqui, mas a linha de força que se desenha parece ser uma reabilitação — muito crítica — da FRELIMO no distrito da Erati, uma condenação sem apelo dos métodos da RENAMO e uma demolição sistemática do que a autora chama o «revisionismo» de alguns investigadores estrangeiros, entre os quais aquele que foi, até à sua morte, a sua besta negra, Christian Geffray. Sendo incapaz de compreender as questiúnculas de peritos mais ou menos marxistas e, ainda assim, dificilmente reconciliáveis entre si, contentar-me-ei em dizer que ela é, nestas águas turvas, um peixe graúdo que morde os outros até sangrarem.

Mas a autora revela um cuidado histórico notável e presta grande atenção à antropologia (divisões tribais, *naparamas*, etc.), à economia (modos de produção, cultura do algodão, etc.), à política do Estado central e dos secretários locais, etc., e a muitos outros temas. Em resumo, a colonização portuguesa não sai enaltecida deste estudo e os dois poderes posteriores, o oficial e o «revolucionário», também não. O que me importa aqui é saber se o zé-povinho africano esqueceu as violências e atrocidades de que foi vítima. Durante quantos anos as lembranças da peste permanecerão inscritas na memória dos sobreviventes? Não sabemos.

O que sabemos é que nos dá prazer entrar nos mistérios de um romance italiano¹⁷ que põe em cena o pequeno mundo dos diplomatas europeus e brasileiros em Maputo, um crime na embaixada da França (em geral, estes são cometidos mais frequentemente na de Luanda), uma história de amor entre funcionários expatriados, o Palácio das Necessidades, a Ópera de Paris e dez outros cenários onde se entrelaçam minúsculas rivalidades de pequenas e médias potências representadas por personalidades — e por pessoal — que combatem o tédio pela futilidade. O autor é um jovem poeta que frequentou estes meios fictícios sobrepostos a camadas de misérias e incompetências. O que importa é a aparência enquanto se espera pela atribuição de um posto menos contaminado pelos riscos da cólera ou da peste.

E, já que falamos de desgraças, partamos em direcção à Zambézia, pela acção da Cáritas Espanhola, que publica uma obra¹⁸ colectiva que constitui uma excelente monografia sobre uma ONG (com o que isso deixa subentender, pelo menos, no plano redaccional) vocacionada para o socorro a seis distritos da baixa Zambézia (605 674 habitantes em 1997) assolados pelas inundações (daí a forte mediatização, propícia à obtenção de créditos). O objectivo era reunir o máximo de dados sobre os direitos do homem, educação, informação, economia, saúde, etc. Através da contratação de estudantes católicos moçambicanos, que realizaram mais de 1400 inquéritos entre famílias (de língua sena), os directores espanhóis do projecto realizaram um trabalho extremamente pormenorizado e útil. Eles chegaram, um pouco como os marcianos, sem saberem nada sobre o contexto histórico

local (cf. René Pélissier, *Naissance du Mozambique, 1854-1918*, 2 vols., 884 páginas, Editions Pélissier, 78630 Orgeval), mas não vamos exigir a voluntários humanitários que pesquisem fontes que não estão disponíveis (?) nas bibliotecas espanholas. Isso seria contrário à prática geral dos filantropos que julgam que os sentimentos caritativos não têm necessidade de conhecimentos adaptados ao meio. Erro que lhes custa caro, mas que é facilmente reparável se estes bons samaritanos acederem a ler o livro que se segue.

*Culture and Customs of Mozambique*¹⁹ não fornecerá certamente revelações históricas ao leitor visado pelo editor da colecção «Culture and Customs of Africa», pois, tipicamente americana, ela procura apresentar a um público adolescente ou a adultos estrangeiros as complexidades africanas através de um conjunto de simples e sedutoras referências fáceis de assimilar. Sendo o objectivo modesto, os desenvolvimentos sobre a religião, a literatura, os *media*, as artes, a habitação, a cozinha e o vestuário das mulheres, o casamento, a família, os costumes e os modos de vida, a música e a dança são igualmente modestos. O que não compreendemos são os critérios de selecção dos autores (a maior parte parece tratar-se de africanos anglófonos da África ocidental ou da centro-austral) para tratar de países como Moçambique, ainda que não falem professores moçambicanos nos Estados Unidos. A parte histórica desta compilação de elementos encontrados exclusivamente em documentos escritos em língua inglesa é desequilibrada. Mas, apesar de tudo, é melhor do que nada para um principiante. As fotografias foram cedidas por missionários protestantes.

Cruzemos agora alguns livros que dizem respeito a vários países simultaneamente. *Oil*²⁰ aborda, designadamente, os problemas e as crises que acompanham a descoberta e exploração petrolífera em muitos Estados subsarianos, passando em revista fenómenos bem conhecidos, como a corrupção, o desvio de fundos públicos, o agravamento da pobreza geral, a acentuação de tendências separatistas (em Cabinda, sem dúvida, mas também entre os vários milhares de habitantes da ilha do Príncipe, etc.). O autor é um jornalista crítico que pertence ao *Financial Times*. Mais pessoais, as memórias de Maria Félix²¹, mulher de um administrador de fazendas, fornecem-nos pormenores sobre a *confusão* de 1975 em São Tomé (deposição das estátuas dos descobridores pelos militares portugueses), sobre a crise alimentar e a regressão em 1990-1992, também bastante mais grave no Príncipe. Em Moçambique, onde irá residir a seguir (1995 e 1997), ela constata um certo ódio relativamente aos portugueses, nomeadamente na Biblioteca Municipal de Maputo (*coitada!*). Na Guiné, a autora visitará uma plantação modelo em 1998, mas o resto (Gabu, Bafatá, Farim) encontra-se em franca regressão. E nós pensamos em todos aqueles que ali morreram, com ou sem uniforme ou sepultura, obrigados ou cheios de esperança, para defenderem mitos.

Encontramos uma amostra destes defensores de ideais ou quimeras num importante documento que junta 40 entrevistas de antigos militares nacionalistas de Angola, Moçambique e, marginalmente, da Guiné, bem como depoimentos do almirante Rosa Coutinho e de um antigo inspector da PIDE. A autora²² colocou o acento sobre as condições de detenção e de prisão daqueles que estiveram encarcerados em Luanda, Lourenço Marques (infelizmente, quase nada sobre Ibo), Tarrafal, Missombo e São Nicolau (dois campos angolanos). Trata-se de um livro útil, pois esclarece-nos sobre muitos episódios obscuros, como, por exemplo: (1) a devastação de Catete (Angola) pela PIDE e pela administração, o início da resistência do MPLA nos Dembos, o massacre de alguns pastores metodistas (no fortim de Quibaxe de 1961 a 1963) pelos colonos e pelos bailundos (para se vingarem do 15 de Março de 1961); (2) o desaparecimento e morte (?) do célebre chefe da PIDE São José Lopes em Angola; (3) o papel da Polícia de Segurança Pública nos massacres de Maquela do Zombo em 1961; (4) a preparação do 4 de Fevereiro de 1961 em Luanda [3125 (?) pessoas envolvidas em redes clandestinas]; (5) as atitudes da FRELIMO em relação aos membros que ficaram nas cidades ou encarcerados pela PIDE; (6) a «reeducação» pela FRELIMO de alguns intelectuais depois da independência (hesitações e embaraços de Marcelino dos Santos relativamente a Ibo). Mais ou menos fiéis e respeitosos dos factos, estes velhos testemunhos de situações paroxísticas dão, evidentemente, a sua versão, mas não mentem todos. Daí que se trate de um documento capital para conhecer o fim do império.

E agora, sobre este famoso império e os seus «cinco séculos» esmagados sob Himalaias de propaganda, interpretações antagónicas, mentiras piedosas, silêncios ensurdecedores, interesses pessoais, lágrimas e sangue, vamos, por fim, dizer o que verdadeiramente se passou? Não. É evidente que não, pois tal seria como esvaziar o oceano Atlântico com um passador. Há muito tempo que os historiadores, pesarosos, renunciaram a esse objectivo, mas pessoas mais sérias, tal como filósofos, engenheiros, antropólogos, estatísticos, sociólogos, economistas, ministros dos negócios estrangeiros, banqueiros e almirantes do mar oceano, não desistem de atingir esse fim. E talvez eles tenham razões para perseverarem nas suas tentativas, cada qual no seu domínio, para alcançarem a grande síntese final que guardamos nos Jerónimos.

Graças a Patrícia Ferraz de Matos já lhe conhecemos, mais ou menos, as cores, e elas não são muito alegres. As «côres» do Império²³ são mesmo sombrias. A autora estudou a «discriminação racial» do indígena, preexistente mas institucionalizada pelo Estado Novo até aos anos 50. Conhecemos o *slogan* «não à discriminação» e, na verdade, o Portugal mediano e rural, que então emigrava pouco para as suas colónias, tinha muito pouco contacto com os africanos ou timorenses (que nesta época praticamente não existiam

na metrópole). Assim, a sua opinião dependia, em grande medida, de leituras escolares, de raros romances coloniais, das exposições imperiais, de alguns filmes de propaganda, dos *media* censurados e do que lhe contavam os seus vizinhos ou familiares que regressavam ao país depois de uma estada nas colónias. Fenómeno comum aos países europeus nos anos 30, a única diferença residia no facto de em Portugal se ter mantido, para além da segunda guerra mundial, o regime ultraconservador que acreditava ter encontrado o remédio para a epidemia da descolonização que assolou a Holanda, a Bélgica, o Reino Unido e a França a partir de 1945. Utilizando um rico material impresso e visual, a autora não demonstra qualquer dificuldade em dissecar esta armadura que acabou por fechar os habitantes da metrópole na falsa certeza de que eram únicos e superiores, uma vez que eram «brancos», e os outros inferiores, uma vez que eram colonizados e «pretos». Lembrei-me de uma breve conversa que tive com um jovem português que encontrei em Vilar Formoso há cinquenta anos e que acreditava veementemente que com algumas metralhadoras a polícia e a guarnição do Estado da Índia teriam sido capazes de resistir a todo o Exército indiano. É esta fuga à realidade, engendrada e alimentada pelo isolamento e por séculos de uma historiografia ultrapatriótica e cega, o que a autora em causa documenta bem e de modo concreto, reafirmando o que outros textos já demonstraram, mas sem a minúcia que encontramos neste estudo.

Já o escrevi muitas vezes: os regimes autoritários, de direita ou de esquerda, e as ditaduras, em geral, da mesma forma que as religiões oficiais, não receiam suficientemente os etnólogos e os sociólogos, que depressa desfazem a propaganda e os dogmas mais solidamente estabelecidos. Tome-mos o exemplo do demasiado célebre Congo português, actualmente reivindicado por alguns intelectuais angolanos como sendo a prova dos «cinco séculos de colonização» e, de facto, dos «cinco séculos de lusitanização», isto é, no espírito de alguns, de «civilização», o que teria agradado bastante ao Dr. Salazar. De facto, nos escritos de um historiador americano que sabe mais sobre o passado do venerável reino do Congo do que todos os intelectuais angolanos reunidos é claro que o fenómeno simbiótico, tão elogiado por alguns autores europeus, foi muito superficial e circunscrito a São Salvador/Mbanza Congo. E sofreu tantas e tamanhas vicissitudes que mesmo na capital navegamos em pleno domínio da ficção. Ainda que o autor não concorde com todas as minhas interpretações sobre os últimos (séculos XIX-XX) reis do Congo, não hesito em recomendar o estudo de John K. Thornton sobre a cidade santa do Noroeste, tal como ela figura no *Africa's Urban Past*²⁴, e a esses mesmos intelectuais também recomendo o breve capítulo do jornalista Claude Wauthier consagrado à profetiza Dona Beatriz na sua recente síntese²⁵ sobre os desvios religiosos registados na África negra. Este autor lembra-nos que, em matéria de peste, os capuchinhos

italianos do século XVIII foram tão cruéis como os protestantes dinamarqueses nas Antilhas. Eles queimaram-na viva (em Julho de 1706), por heresia, com o pleno acordo do rei congolês, tendo salvo o seu filho, mas não o seu companheiro. A cólera da população degenerou numa guerra civil que, naturalmente, se saldou num gigantesco massacre. Nada de novo sob o sol de África, apesar do que crêem os velhos africanistas ao escreverem narrativas plenas das maravilhas dos navegadores da Renascença.

A cada um os seus mártires: para os nacionalistas africanos, Beatriz; para os capuchinhos de 1996, os seus missionários em 1961 e durante a guerra civil. Uma das suas histórias oficiais²⁶ abrange o período de 1491 a 1994, mas, se Lorenzo da Fara é evasivo sobre o fim «miserável» da primeira, o seu relato é muito desenvolvido (pp. 56-267) sobre o retomar das actividades missionárias no Noroeste durante o período colonial e depois da independência (1947-1994). Trata-se mesmo de um documento útil para conhecer a vastidão dos problemas, como, por exemplo, o ataque de Samba Caju (27 de Julho de 1985) ou a morte de um missionário (21 de Junho de 1989) liquidado numa emboscada da UNITA.

E agora mudemos de morgue e vejamos as pestilências brancas que começam a proliferar nos romances antimilitaristas dos antigos combatentes portugueses. Com *O último inferno*²⁷ ainda não estamos no fim do horror angolano, mas já nos aproximamos um pouco. Nesta obra, o autor explora a sua experiência em Mabubas (a porta de entrada dos Dembos), enquanto *capitão miliciano*, com 23 anos, para descrever o quotidiano dos seus soldados na selva. Anti-salazarista e anticolonialista, o autor escolheu para epicentro do seu texto o ataque a um campo de guerrilheiros minado. Portanto, mortos e feridos, cuja evacuação por helicóptero, durante a noite, com nevoeiro e sob fogo inimigo, é impossível, tendo sido, por isso, necessário descer até à picada (vinte e quatro horas de inferno). A evacuação é efectuada por camião, mas caem numa emboscada e passam sobre uma mina. Resultado: 10 mortos e 12 feridos graves. O autor não suporta a lentidão dos sacrossantos procedimentos militares e a inoperância dos oficiais de carreira que abandonam a «macacada» (p. 105), isto é, aqueles que não pertencem às tropas de elite: o «sangue azul» de um exército que copiou e acentuou as diferenças de classes da sociedade civil sob Salazar. Uma cena invulgar neste género de literatura? A rebelião de soldados contra o comandante do batalhão. Rebelião de desespero para impedir a prisão do seu capitão. O autor, talvez?

Mas voltemos à peste negra com uma macrorreportagem em vários episódios do correspondente²⁸ da BBC para a África austral. O menos que podemos dizer é que ele não gosta do poder do MPLA e do seu exército. Em Maio de 2001, o autor encontra-se em Luanda, onde assiste à expulsão dos habitantes do bairro da Boavista para aí ser construído um centro

comercial. Claro que não lhes foi dada qualquer indemnização, tendo sido «deportadas» para 30 a 40 km do mar cerca de 10 000 famílias do *muceque*. Estas serão alojadas em tendas e obrigadas a reconstruir gratuitamente as suas novas casas. Em seguida, Justin Pearce irá duas vezes ao Kuíto e uma vez a Camacupa visitar os campos de deslocados (isto é, os aldeãos que o exército obrigou a deixarem o mato para asfixiar a UNITA, segundo um método usado outrora pelos portugueses). Medida radical e brutal, mas eficaz, pois Savimbi e as suas tropas morrerão de fome, lenta mas infalivelmente. Em Fevereiro de 2002, o autor encontra-se em Luanda quando é anunciada a morte de Savimbi; pouco tempo depois, em Luena, ficará a saber (pp. 62-63) que foram os técnicos de telecomunicações israelitas que localizaram Savimbi, através do seu telefone por satélite, por ordem do MPLA. O embaixador desmente; negociar-se-iam contratos sobre diamantes, acrescenta o homem da BBC. E ele continua com a visita, em Abril de 2002, a campos de partidários de Savimbi e de alguns dos seus generais: a doença e a fome, eis o que os venceu! Ele irá ainda até à extremidade do saliente de Cazombo (uma espécie de segunda Jamba para os veteranos que passaram mais de vinte ou vinte e cinco anos de uniforme) em Junho de 2002 para se encontrar com as últimas tropas da UNITA. É evidente que o MPLA não tinha capacidade para alimentar estas dezenas de milhares de soldados e as suas famílias. Com toda a certeza, Pearce é o repórter que mais viajou em Angola em 2002-2003, pois vamos encontrá-lo igualmente em Mavinga, em Uamba (no Uíge Oriental, onde descobre congoleses aliados da UNITA, banyamulenge, ou seja, tutsis congoleses) e a descer novamente pelos Dembos, percorrendo uma rota bem conhecida dos milhares de antigos combatentes que se esforçaram por garantir a sua segurança há mais de uma geração. Em 2002 ela deixará de ser utilizada! Encontramo-lo também em Cabinda, entre os independentistas virtuais que, por medo do MPLA, não se atrevem a expressar publicamente a sua posição a favor da FLEC (salvo um padre de fibra). O que se compreende, face aos cerca de 30 000 (?) soldados do MPLA que torturam e violam as raparigas (Fevereiro e finais de 2003). Encontramo-lo ainda em Cafunfo, na Lunda Norte, onde sociedades governamentais utilizam mercenários brancos para expulsar e matar os garimpeiros. Ele irá mesmo encontrar-se com o chefe dos quiocos e dos nacionalistas locais, que recusam o MPLA e a UNITA, que, segundo eles, os colonizam. Pearce voltará ainda a Uamba, onde um ano após o fim da guerra nada foi feito no sentido de alimentar as famílias dos desmobilizados. Enquanto isso, em Luanda os quadros dirigentes da UNITA engordam e vivem bastante bem, mesmo luxuosamente, a sua integração no aparelho estadual do MPLA, que lhes oferece faustosas sinecuras. Frobenius, tal como outros, num momento de lirismo exaltado, referiu-se aos africanos como «civilizados até à medula», mas isso era no tempo do

colonialismo alemão. Se ele regressasse agora, não utilizaria outra expressão ao desembarcar na África central? Por exemplo, pensando em Mobutu e nos seus vizinhos próximos e longínquos, substituiria ele o termo «civilizados» por «corruptos»?

Pearce, que não é nem prudente nem parco em sarcasmos, não hesitaria, provavelmente, em fazer essa alteração na frase citada. Um jornalista angolano que ele encontrou no aeroporto de Malange, perante o avião de reconhecimento (*Tucano*) de fabrico brasileiro que serviu para localizar Savimbi em Fevereiro de 2002, resumiu desta forma a situação política: «Você tem diante de si 70 milhões de dólares. Savimbi foi morto porque já não tinha dinheiro, e o MPLA ganhou porque o tinha» (p. 168). Somos incapazes de parar o progresso, Prof. Dr. Frobenius! Sendo etnólogo, devia sabê-lo, mesmo trabalhando em África na aurora da colonização.

Mas coloquemo-nos agora do lado dos que cuidam — graciosamente ou não — da nossa peste, que em Angola é tão negra como cinzenta. O autor anterior denunciava ferozmente a incapacidade ou a indiferença das autoridades do MPLA e a duplicidade das potências com assento no Conselho de Segurança que cortejam Luanda. É verdade que ele referia, mas sem insistir, as monstruosidades de Savimbi, lançado numa lógica e num empreendimento que estavam a ponto de ter sucesso. Mas esta não é a intenção dos Médicos sem Fronteiras, que, a partir do Canadá, se interessam pelas vítimas e fazem um balanço apocalíptico dos métodos da UNITA para recrutar incessantemente novos soldados e populações capazes de alimentar a hidra de guerra concebida por Savimbi. *Voices from the silence*²⁹ é, antes de mais, um livro «estratégico» para o historiador que deseje ver além da propaganda da UNITA e do MPLA. O texto recolheu dezenas ou centenas de testemunhos: (i) de habitantes das aldeias em fuga por causa dos combates (4 milhões de deslocados) ou, simplesmente, por causa das requisições e roubo de alimentos e dos alistamentos compulsivos de jovens e crianças; e (ii) de soldados e de populações raptados pela UNITA e «desmobilizados» depois da morte de Savimbi. Como podemos ignorar este rol de horrores que, praticamente, não aparecem nos livros publicados pelos propagandistas maniqueístas e cegos? Nunca seremos capazes de contabilizar o número daqueles que, entre 1975 e 2002, foram mortos ou molestados, física ou psicologicamente, por uma loucura destrutiva engendrada pelo engodo do lucro e do poder de algumas pseudoelites locais encorajadas por ideologias irrelevantes e efémeras importadas do exterior. Desde séculos de história angolana, a herança da rainha Nzinga, a defesa da civilização cristã ou das tradições ancestrais, a luta contra a escravatura ou o colonialismo, a superioridade dos dogmas destes ou daqueles, a vingança contra o desprezo, os ajustes de contas entre atávicos e imperdoáveis ódios étnicos, etc., já tudo foi invocado para justificar a necessidade de deixar a peste seguir o seu

curso. E os pobres que lhe escaparam caminham agora amparados por muletas, chorando os seus mortos e os dos seus amigos. Enquanto isso, doutores que sobreviveram batem-se por enriquecerem um pouco mais depressa do que os seus vizinhos e antigos inimigos e para, com o champanhe, esquecerem os seus compromissos da juventude. Um livro triste para o final de uma epidemia num país que, se a sabedoria tivesse prevalecido, teria efectivamente podido ser a «jóia de África», pelo menos da África central.

Ainda não abordámos a variante vermelha da peste no nosso laboratório de doenças infecciosas, mas ela chega-nos através de um espantoso romance de um escritor russo de origem francesa (ou o inverso). *L'amour humain*³⁰ é uma ficção que se desenrola em grande parte em Angola, em Cuba e nas escolas do KGB na Sibéria, durante o período soviético, e que poderá surpreender alguns dos leitores que tenham chegado a este ponto da minha crónica. Mas reconheçamos a Andreï Makine um conhecimento invulgar da Angola colonial e pós-colonial até 1987-1988, data em que, segundo ele, a URSS perdeu a batalha de Mavinga. Nesta pseudobiografia de um jovem nacionalista negro angolano (com 11 anos em 1961) do Dondo, com o pai em fuga para o Congo e a mãe obrigada a prostituir-se pelos soldados portugueses, destaco poucos erros. Ele tem razão em lembrar as execuções e as torturas cometidas localmente pelos portugueses nesta época, mas o Dondo nunca teve uma catedral nem, ao que parece, um veterinário português em 1965, mesmo marxista e branco. Também encontramos nesta obra algumas apreciações que só lhe podem ter sido sopradas por um informador que tivesse vivido em Angola, o duplo do autor ou, quem sabe, um amigo. Makine revela estar por dentro dos factos quando segue o seu herói até ao acampamento de Che Guevara no Kivu, onde assiste ao nascimento dos senhores da guerra que fustigarão, posteriormente, a África. Inicialmente seminarista (no Dondo?), o jovem Elias Almeida estudará em Cuba e, mais tarde, na Rússia, onde o KGB lhe ensinará a arte de organizar um golpe militar. Transformado em agente dos serviços secretos soviéticos, regressa a Angola, onde a revolução do MPLA já se havia aburguesado. A crueldade da repressão do golpe de Nito Alves por Agostinho Neto em 1977 foi o toque de finados das suas ilusões. Enviado por Moscovo em missão à Lunda (1979), foi preso pela UNITA com dois russos, sendo salvo, à justa, pelos cubanos. A inumanidade destes guerrilheiros considerados «irmãos» angolanos acaba por lhe abrir os olhos. Ele será ainda enviado, como espião, a Cabinda. Transformado numa peça menor mas fíável da engrenagem do KGB utilizará, posteriormente, a sua cor em numerosos países africanos. Para Makine, que sabe disto muito mais do que eu, não há qualquer dúvida de que Neto foi envenenado pelo KGB. Quem o terá empurrado para a toca do lobo quando uma clínica helvética ou qualquer outra teria, provavelmente, podido salvá-lo?

Em resumo, Makine (Prémio Goncourt em 1995) escreveu o grande romance russo que faltava a Angola e, se ele é profundamente pessimista quanto ao futuro da África negra, denunciando os «gordos negros das conferências internacionais» (*dixit*) que a rasgam, insaciáveis de poder, de riquezas e de sexo, ele também não é nada meigo com as «ex-revolucionárias» europeias que traíram os seus compromissos de juventude e se servem agora deles para apaziguar os seus desejos pós-menopausa. E ele acrescenta (p. 219): «Num certo grau da palhaçada social, a estupidez humana provoca quase compaixão.» Não sei se a compaixão será suficiente para Angola. De qualquer forma, este pequeno romance dostoiévskiano terá o gosto do pó para os «velhos crentes» de 1959-1961, se existirem ainda alguns em Angola, depois de tantas calamidades e desilusões.

Com este título e um tema central — a violência —, esta crónica não pode ter alegrado o leitor. É inevitável, tal como é altura de nos despedirmos com um sopro de optimismo inesperado. Porquê inesperado? Porque ele é da autoria de um general australiano, Peter Cosgrove, encarregado de assegurar em 1999 a transição entre a colonização ignóbil, vergonhosa e odiada de Timor e um regime ainda no limbo mas que a ONU pretendia democrático. Dito de outra maneira, tratava-se, para a força de intervenção (INTERFET), com comando australiano, de levar os primeiros cuidados a Timor Leste, que acabara de sofrer, ao longo de décadas, com a peste amarela e, depois do referendo de 30 de Agosto de 1999, com uma orgia de violência orquestrada pelo exército indonésio. Ora Cosgrove é não só um militar, mas igualmente um óptimo diplomata que teve a sorte de encontrar, com o general indonésio responsável pela evacuação, um terreno de entendimento. Entre 19 de Setembro de 1999 e 23 de Fevereiro de 2000, depois da «exfiltração» do pessoal da ONU e de jornalistas e timorenses importantes terem escapado ao *murderous rampage* (*dixit*) das milícias (início de Setembro de 1999), Cosgrove e os seus homens tiveram de estabelecer a ordem numa capital devastada e, progressivamente, pacificar o interior e «fechar» a fronteira. Em 27 de Setembro, os indonésios entregaram o controlo de Timor Leste à INTERFET, que não tinha homens suficientes para todas estas tarefas. Nas suas memórias³¹, nas quais dedica cerca de 150 páginas a Timor, Cosgrove não diz muito sobre as deportações massivas de populações em direcção a Timor Ocidental. Vê sempre a vida de uma forma positiva, mesmo quando as suas tropas especiais são atacadas pelas milícias em Suai. Preocupa-se sobretudo com as relações com a imprensa, nacional e internacional, com os primeiros contingentes estrangeiros (tanto neozelandeses como franceses e britânicos, etc.), com a FRETILIN, com o primeiro e o segundo representantes da ONU e mesmo com os indonésios retirados para oeste que dominam as milícias (que em 17 de Janeiro de 2000 criam ainda problemas no enclave de Ocussi-Ambeno). Em 23 de Fevereiro de 2000, a

INTERFET regressa, em parte, à Austrália, dando lugar à UNTAET (Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste), e Cosgrove é recebido no seu país como um herói (australiano do ano) e o hábil pacificador que o público australiano esperava, como forma de esquecer os anos de convivência com o regime dos generais indonésios. Os especialistas que estudaram atentamente estes cinco meses de projecção de Canberra a oeste de Darwin e que confrontaram a sua versão dos factos com as numerosas fontes publicadas desde então interrogar-se-ão talvez sobre alguns dos seus silêncios. Não deixa de ser verdade que o Dr. Cosgrove acabou — sem dor — com a peste amarela no momento em que a epidemia já não tinha muita força. O que é reconfortante para os médicos do futuro, que deverão recordá-lo quando chegar a sua vez de enfrentarem outras pestes, cuja cor e localização não ousamos predizer.

Redigido em Fevereiro de 2007.

NOTAS

¹ G. Mager, *Karl Mauch. Lebensbild eines Afrikareisenden*, Fines Mundi, Sarrebruck, 2004, 442 páginas, gravuras a preto e branco e um mapa numa carteira, fac-símile da ed. de W. Kohlhammer, Estugarda, 1895.

² Hugo Zöllner, *Die deutschen Besitzungen an der westafrikanischen Küste. II Die deutsche Colonie Kamerun. Erster Teil. Das Kamerun-Gebirge...*, XII-291 páginas, gravuras a preto e branco, dois mapas e uma gravura numa carteira. IV *Forschungsreisen in der deutschen Colonie Kamerun. Dritter Teil. Das südliche Kamerun-Gebiet...*, VIII-234 páginas, gravuras a preto e branco, 3 mapas, um quadro e uma gravura em carteira, Fines Mundi, Sarrebruck, 2006, fac-símiles da ed. de Verlag von W. Spemann, Berlim-Estugarda, 1885.

³ G. A. v. Götzen, *Deutsch-Ostafrika im Aufstand 1905/06*, XIII-274 páginas, gravuras a cores, um mapa a cores em carteira, Fines Mundi, Sarrebruck, 2006, fac-símile da ed. de Dietrich Reimer, Berlim, 1909.

⁴ Friedrich Fülleborn, *Das Deutsche Njassa-und Ruwuma-Gebiet, Land und Leute, nebst Bemerkungen über die Schire-Länder*, XX-636 páginas, numerosas gravuras e fotografias a preto e branco, Fines Mundi, Sarrebruck, 2006, fac-símile da ed. de Dietrich Reimer, Berlim, 1906 (este volume é completado por um atlas de fotografias, vendido separadamente).

⁵ Streitwolf, *Der Caprivizipfel*, 236 páginas, fotografias a preto e branco, dois mapas em carteira, Fines Mundi, Sarrebruck, 2006, fac-símile da ed. de Wilhelm Süsserott, Berlim, 1911.

⁶ Thorkild Hansen, *Islands of Slaves (Slavernes Øer)*, Sub-Saharan Publishers, Legon-Accra (Gana), 2005, 462 páginas e 12 páginas de estampas a cores.

⁷ Kari Dako, *The Baobabs of Tete and other stories*, Sub-Saharan Publishers, Legon-Accra (Gana), 2002, 116 páginas

⁸ Benigna Zimba, Edward Alpers e Allen Isaacman (eds.), *Slave Routes and Oral Tradition in Southeastern Africa*, Filmsom Entertainment, L.^{da}, Maputo, 2005, x-340 páginas, com fotografias a preto e branco.

⁹ José Alberto Mesquita, *Sombras africanas*, Prefácio, Lisboa, 2006, 318 páginas.

¹⁰ Amílcar Ador Morais, *Um pára-quedista em Moçambique (4 Outubro 1971 - 3 Outubro 1973) & Um abraço a Moçambique (19 Janeiro - 3 Fevereiro 2005)*, ed. de autor (Estrada de Benfica 212-A, Lisboa), 2006, 175 páginas + dezenas de páginas não numeradas & 136 páginas, 630 fotografias a preto e branco e a cores + reproduções de alguns documentos.

- ¹¹ Barry Wardle, *Operation Hurricane*, Pegasus Elliot Mckenzie Publishers, Cambridge, 2005, 238 páginas.
- ¹² Chris Harper Kapp, *Chipembere*, iUniverse, Lincoln (Nebraska), 2006, 377 páginas.
- ¹³ Scott Griffin, *My heart is Africa. A flying adventure*, Thomas Allen Publishers, Toronto, 2006, 272 páginas, com gravuras a cores.
- ¹⁴ Mark Hollingsworth e Paul Halloran, *Thatcher's Fortunes. The Life and Times of Mark Thatcher*, Mainstream Publishing, Edimburgo, 2006, 415 páginas, com fotografias a preto e branco.
- ¹⁵ Jeremy M. Weinstein, *Inside Rebellion. The Politics of Insurgent Violence*, Cambridge University Press, Cambridge, 2007, xx-402 páginas.
- ¹⁶ Alice Dinerman, *Revolution, Counter-Revolution and Revisionism in Postcolonial Africa. The case of Mozambique, 1975-1994*, Routledge, Abingdon (Inglaterra), 2006, xxiv-394 páginas, com mapas.
- ¹⁷ Alberto Anzani, *L'ambasciata chiude*, Sax Editore, Como (Itália), 2006, 207 páginas.
- ¹⁸ AAVV, *Las condiciones de vida en la cuenca del Río Zambeze*, Cáritas Española, Madrid, 2006, 230 páginas, com numerosos diagramas.
- ¹⁹ George O. Ndege, *Culture and Customs of Mozambique*, Greenwood Press, Westport (CT), 2007, 133 páginas, com 14 páginas de fotografias a preto e branco.
- ²⁰ Toby Shelley, *Oil. Politics, Poverty & the Planet*, Zed Books, Londres, 2005, iii-220 páginas.
- ²¹ Maria Félix, *Eu vivi África*, ed. de autor, Lisboa, 2006, 157 páginas.
- ²² Dalila Cabrita Mateus, *Memórias do colonialismo e da guerra*, Edições Asa, Porto, 2006, 670 páginas, com desenhos a preto e branco.
- ²³ Patrícia Ferraz de Matos, *As «côres» do Império. Representações raciais no Império colonial português*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2006, 287 páginas, com fotografias a preto e branco.
- ²⁴ David M. Anderson e Richard Rathbone (coords.), *Africa's Urban Past*, James Currey Publishers, Oxford, 2000, x-310 páginas, com fotografias a preto e branco.
- ²⁵ Claude Wauthier, *Sectes et prophètes d'Afrique noire*, Editions du Seuil, Paris, 2007, 201 páginas.
- ²⁶ Lorenzo da Fara, *La Missione dei Cappuccini Veneti in Angola*, Colibrì Editrice, Limena (Itália), 1996, 294 páginas.
- ²⁷ Pedro C., *O último inferno. Guerra colonial, 1971-1973*, Prefácio, Lisboa, 2006, 175 páginas.
- ²⁸ Justin Pearce, *An outbreak of peace. Angola's situation of confusion*, David Philip, Claremont (África do Sul), 2005, xx-196 páginas, com fotografias a preto e branco.
- ²⁹ AAVV, *Voices from the silence. Testimonies from Angola*, Médecins sans frontières, Toronto, 2004, iv-210 páginas, com fotografias a preto e branco.
- ³⁰ Andrei Makine, *L'amour humain*, Editions du Seuil, Paris, 2006, 297 páginas.
- ³¹ Peter Cosgrove, *My story*, HarperCollins Publishers, Pymble (NSW Austrália), 2006, xii-468 páginas, com gravuras de fotografias a preto e branco e a cores.